

RELAÇÕES DE GÊNERO E INTERÉTNICAS NO BRASIL DA JORNALISTA QUE MAIS PUBLICOU NO “FREIDENKER”, JORNAL AMERICANO DAS LIVRES PENSADORAS ALEMÃS NO SÉCULO 19

GENDER AND INTERETHNIC RELATIONSHIPS IN BRAZIL, BY THE FEMINIST GERMAN JOURNALIST WITH MORE PUBLICATIONS IN “FREIDENKER”, NEWSPAPER OF GERMAN FREE THINKERS OF THE 19TH CENTURY

Resumo

As mulheres feministas alemãs do século 19 encontravam diálogo entre o velho e o novo mundo no jornal americano “Freidenker” (“Livre Pensador”). A revolucionária de 1848 Julie Engell-Günther, que atuou na educação brasileira para elites na sua estada pelo Brasil, é a dona do título de maior número de artigos publicados neste periódico. O jornal de língua alemã que circulava em Milwaukee (Wisconsin) estava ligado ao movimento de mulheres ativistas que, como Engell-Günther, emigraram da Alemanha desiludidas com a revolução 1848. “Quais as relações entre o novo e o velho mundo desta jornalista do século 19”, “Quais as questões implícitas de gênero e raça?” são perguntas centrais deste artigo, construído a partir dos estudos de Eva Görtz e Eva Schöck-Quinteros, do departamento de história moderna e contemporânea da Universidade de Bremen. Na revisão de literatura, surgem autores da teoria pós-colonial, como Aníbal Quijano; Chandra Mohanty; Rita Laura Segato e María Lugones.

Palavras-chave: Feminismos. Interseccionalidades. Jornal Alternativo. Século 19. Julie Engell-Günther

Abstract

With the American feminist journal Freidenker, the German feminists of the 19th century attempted to create a dialogue between the feminist movements in the Old World and the New. At the forefront of the journal stood the feminist Julie Engell-Gunther, who worked in the education of Brazil’s elites when she came to the country, and who penned the most articles for Freidenker newspaper. “What are the local and global relationships of this journalist of the 19th century?” and “What issues implicit gender and race?” are central questions of this article, constructed studies from Eva Schöck-Quinteros, from the department of modern and contemporary history at the University of Bremen. In the literature review, there are authors from postcolonial theory, as Aníbal Quijano; Chandra Mohanty; Rita Laura Segato and María Lugones.

Keywords: Feminisms. Intersectionalities. Alternative Newspaper. 9th Century. Julie Engell-Günther

Izabela Liz Schlindwein

Doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

E-mail: izabela.liz@posgrad.ufsc.br

Miriam Pillar Grossi

Professora associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: miriamgrossi@gmail.com.

Este artigo apresenta como era a troca de informações entre mulheres alemãs do século 19 por meio do jornal de livres pensadores “Freidenker” (“Livre Pensador”), que circulava em Milwaukee, Wisconsin, nos Estados Unidos. Entre elas, estava Julie Engell-Günther, uma jornalista livre pensadora que passou pelo Brasil e escreveu sobre as lutas pelos direitos da mulher e a própria experiência nos dois países.

A análise está centrada no perfil editorial do “Freidenker” e suas jornalistas. O conteúdo remete a eventos e conquistas dos muitos feminismos e as construções de epistemologias dos movimentos. As reflexões de destaque são as que trazem a biografia de Julie Engell-Günther e seus pensamentos.

Será apresentado um texto publicado por Julie sobre o Brasil. Em “Vida de escravo no Brasil” (1901), ela escreve sobre a vida de Rosaura e Brandina, a escrava e sua dona. Mas, agora, quem estava em situação precária era também dona Brandina. Rosaura, presa por ter matado o neto, seria sua única salvação. O trabalho acompanha a relação da própria autora com as questões étnicas e sociais.

Os desafios desta pesquisa científica são posicionar essas publicações no contexto histórico social, a partir do encadeamento de informações sociológicas. Na revisão teórica, são acessados conceitos da interseccionalidade na pesquisa científica.

A concepção de Patrícia Mattos (2003) sobre a interseccionalidade aparece para iluminar as preocupações de Julie Engell-Günther com as questões de gênero, etnia e classe no Brasil. A partir do pensamento de Patrícia Mattos, é possível entender como normas, valores, ideologias e discursos estão articulados a identidades e estruturas sociais. E como essas categorias de diferenciação produzem efeitos.

A teórica pós-colonial Chandra Mohanty (2008) ajuda a entender como é construída a política dos feminismos de terceiro mundo, pretendendo fazer uma crítica interna aos pensamentos hegemônicos do Ocidente, para só depois formular novos interesses e

estratégias para países do Sul.

María Lugones (2008) e Rita Laura Segato (2010) abordam a indiferença à violência de gênero e as transformações sociais causadas por esta invisibilidade no campo epistemológico e real. Rita Laura Segato (2010) sugere ferramentas para o entendimento da diferença, da falsa ideia de inclusão, do termo genérico da mestiçagem e, principalmente, da relação raça x criminalidade. Neste sentido, as contribuições de Aníbal Quijano (1989) – citado pelas autoras – falam do fluxo histórico e colonialidade, da invenção da “raça” e biologização da cultura.

Uma viagem por muitos portos

O Rio de Janeiro da segunda metade do século 19 era um porto mundial e de redes de escravos e comerciantes. Principal ligação com Portugal, o ponto de embarque e desembarque dava também acesso ao porto de São Francisco do Sul (SC), onde Julie Engell-Günther chegou travestida como um “pobre criado” ao lado do agrimensor que ajudou a fundar a Colônia Dona Francisca, hoje Joinville. Não era à toa que esses lugares eram temas recorrentes nos textos da autora.

As idas e vindas portuárias comuns da época remetem às escalas locais e globais em que ela própria vivia. A estada na Colônia Dona Francisca foi intensa de estudos sobre quem teria direito de ocupar as terras brasileiras. Imersa em preocupações “tipicamente” masculinas, Julie Engell-Günther enfatiza ainda mais essas características ao se vestir de homem – o único que poderia viajar sozinho e sem questionamentos. Pensando assim, depois de voltar à Europa, a jornalista publicou 323 vezes no “Freidenker” (181 versos, 11 romances em série e 131 artigos), entre 1889 e 1903.

Julie Engell-Günther migrou de Mecklemburg – Pomerânia, onde nasceu, para Berlim, aos 26 anos, unindo-se ao grupo de intelectuais politicamente frustrados, que partiu na primavera de 1849 no caminho para o Sul da Austrália. Neste mesmo ano, ela fez escala no Rio de Janeiro, onde o grupo trabalhou dando aulas.

Foi lá que ela também conheceu o engenheiro da Vestfália Hermann Günther, da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, responsável pela ocupação em 1850 da colônia que hoje é chamada Joinville. Embora a vida profissional de Hermann Günther fosse marcada por seguidos problemas, seja na instalação da Colônia, no Sul do Brasil, ou nos trabalhos como engenheiro no interior de São Paulo, o colégio para meninas da classe alta de Julie ia bem. Mesmo assim, o casal, agora com uma união formal, decidiu voltar com o filho em 1859 para a Europa. Por dez anos, eles mantiveram um estúdio de fotografia.

No início dos anos 1870, depois da falência do ateliê, Julie se separou do marido pela sua infidelidade, levando cada vez mais a sério as atividades literárias e de jornalista. Como ex-revolucionária de 1848, ela permanece com críticas afiadas.

Em 1883, Julie Engell-Günther deixa a Alemanha e se instala em Zurique, onde fica até os 70 anos. Até a morte, em 1910, atua em jornais do exterior como fonte de renda. Por este motivo, não era coincidência a publicação extensiva no jornal dos livres pensadores, ao mesmo tempo em que havia desistido da atividade de professora.

“Freidenker” como catalisador de ideias entre países

Julie Engell-Günther escreveu artigos sobre uma grande variedade de temas, muitos até com traços autobiográficos, como por exemplo, as histórias sobre escravas no Brasil. Ela preocupava-se com os problemas sociais e as condições de vida urbana e as consequências para as crianças, que viviam no crime.

Julie Engell-Günther criticou o anti-semitismo e escreveu comentários políticos, como a arrancada da social-democracia alemã em 1890 – quando foi criada a primeira central sindical da Alemanha, citando com frequência autores como Tolstoi, Voltaire e Lassale.

A Revolução de 1848 e seu desprezo por qualquer culto a Bismarck também foram frequentemente objetos de pauta. Assim como

os demais revolucionários de 1848, Julie Engell-Günther estudava sobre os direitos das mulheres – lutando para que pudessem escolher se quisessem fumar charuto ou o que vestirem, por exemplo. Nos movimentos de mulheres, ela era vista como alguém viajado, experiente, incansavelmente dedicado à luta pelos direitos delas. Sua crença ao longo da vida foi a de que a mulher deveria ser assalariada, livre para ter propriedade e renda – bases para a liberdade e dignidade humana.

Assim, o objetivo dela e do jornal era conquistar mais mulheres americanas para o movimento sufragista, usando o exemplo da Associação das Mulheres Liberais em Milwaukee. O público-alvo de leitores e leitoras era de alemães e alemãs que viviam nos Estados Unidos.

Mais da metade das contribuições de mulheres que escreveu no “Freidenker” não era de livres pensadoras alemãs migrantes que viviam nos EUA, mas de mulheres que moravam nos países de língua alemã.

Estudos de Irma von Troll-Borostyani e Bertha von Suttner sobre as protagonistas do movimento das mulheres na Alemanha e na Áustria demonstram que o quadro nacional é superado. Por outro lado, as feministas alemãs não eram consideradas nos estudos americanos. Susan B. Anthony não citava Hedwig Dohm, por exemplo. Na época, a figura principal nos Estados Unidos era Elizabeth Cady Stanton, mulher de Susan.

Na medida em que os livres pensadores ganham dimensão internacional no movimento de mulheres, o jornal torna-se fonte importante para estudiosos. O que havia em comum entre essas mulheres era, em primeiro lugar, a crença na continuidade das motivações liberais da revolução de 1848; o apoio à participação das mulheres no país (o voto feminino); o acesso a todas as profissões e estudos; a independência econômica às mulheres casadas como uma condição sine qua non para uma vida com liberdade (pré-requisito para a verdadeira moralidade

entre os sexos); abertura às crenças socialistas e pacifistas; republicanism consistente; e luta pelos direitos das mulheres como também uma batalha pelos direitos humanos.

Relações étnicas fora das páginas

Os próprios registros de Julie Engell-Günther indicam que sua preocupação com as questões sociais e étnicas iam além das páginas dos muitos artigos publicados – antes e depois do “Freidenker”. É, sobretudo, no Brasil, onde as diferenças de raça, gênero e classe pareciam mais nítidas, que Julie encontra estímulo para desabafar. De 1849 a 1859, ela reflete sobre sua relação com as escravas brasileiras – detalhes que podem ser analisados no texto “Vida de escravo no Brasil” (1901).

Julie Engell-Günther começa este artigo transcrevendo uma carta recebida por Rosaura, mulher negra presa e condenada. A escrava tinha trabalhado no colégio de meninas em Limeira (SP), onde a jornalista dava aulas.

O pedido de Rosaura era de que Julie falasse com o padre da paróquia para ajudar Brandina, sua dona. O salário de Rosaura era a única fonte de renda de dona Brandina – agora vivendo em situação crítica. E Julie Engell-Günther costumava pagar, além do combinado, uma quantia a mais para que se sentisse como trabalhadora livre.

A carta com reclamações de Brandina provoca em Julie Engell-Günther a vontade de falar sobre a situação das casas de detenção, sobretudo quando se tratava da punição de uma mulher negra. E ela não deixa de ir ao encontro de dona Brandina, após receber a correspondência, descobrindo que a mulher, sem amigos, morava em uma cabana. No diálogo descrito, a própria Brandina reclama:

Senhora dona, como sou infeliz!
Perdi tudo, e já fui muito rica, como
vossa senhoria bem sabe. Do meu
pai, recebi um dote de dez escravos

e quatro escravas, quando me casei, e um belo sítio, do qual podíamos viver muito bem; mas meu marido, – que Deus me perdoe – já que está morto, devo confessar-lhe que perdeu tudo no jogo, menos a Rosaura, que não puderam tomar de mim porque me foi legada em testamento – e agora veja...

Logo em seguida, a carta revela que Rosaura tinha sufocado e matado a próprio neto recém-nascido. Dona Brandina atribui o ato injustificável de Rosaura a um comportamento típico de pessoas negras:

Pois, veja bem senhora dona, é esse o infortúnio no nosso País: não existem mais negros bons para o trabalho. Quando são tolos e ignorantes, não servem para trabalhar e quando são hábeis e esforçados, não querem mais ser escravos e cometem tolices.

A fala de dona Brandina contada por Julie Engell-Günther reflete como os negros se pensavam em relação à situação econômica do País. Nesta época, início do século 20, começa a ser construída a imagem do pioneirismo dos colonos em oposição ao estereótipo do africano ou brasileiro rural e em condição de inferioridade racial. (SEYFERTH, 1989)

Havia a esperança de que a imigração europeia fosse uma forma de “embranquecer” a população. Sentimento que parece ter influenciado Rosaura, que mata o filho para salvá-lo de um futuro incerto e, talvez, parecido com o seu. Fruto de um relacionamento com um homem branco fora do casamento, o neto não teria a condição social necessária para ascender de classe.

As linhas seguintes da fala de dona Brandina indicam a diferença de valor entre uma menina negra e um menino negro, fator determinante para a pena estabelecida a Rosaura:

Ora, senhora, vossa senhoria sabe muito bem o que vale um escravo,

principalmente agora, quando se tem tão poucos à disposição, desde que eles não podem mais ser importados. Infelizmente, no caso da criança, tratava-se de um menino, que pode ser vendido por um preço muito mais alto que o de uma menina e, portanto, levará muito mais tempo para que seu valor seja ressarcido com trabalho.

É quando Julie vai visitar Rosaura em seu cárcere e descobre que a pobre escrava confiou ao cônego Cypriano um dinheiro, todo mês, para que não faltasse nada a sua dona. Valor este que poderia ser resgatado para o bem-estar dela. Dessa forma, essa pobre e infeliz mulher pode ser libertada, voltar à sua antiga dona e trabalhar para ela na sua própria residência, o que representava a realização dos seus melhores sonhos.

Apesar das diferenças entre raça e classe, havia uma convivência muito próxima entre escravas e senhoras, embora muitas fossem humilhadas por terem relação com os maridos das senhoras. Algumas estabeleciam até laços bem íntimos, já que elas penteavam as senhoras, cuidavam das roupas e ajudavam a se vestir. Havia momentos até para o cafuné, entre um penteado e outro e a higienização e retirada dos piolhos.

Elas sentavam-se lado a lado, fazendo tricô ou renda. Mas por outro lado, as mulheres negras eram vigiadas e poderiam sofrer punições terríveis à mínima desobediência. O uso do chicote e da palmatória era muito comum. Muitas tinham eram perseguidas pelos capatazes, tinham o rosto marcado a ferro ou eram chicoteadas até a morte por saírem com os homens brancos ou engravidarem deles. (HAHNER, 2012)

María Lugones (2008) entende a indiferença à violência contra a mulher como uma indiferença que traz transformações sociais profundas nas estruturas comuns e, por outro lado, totalmente relevantes à rejeição das imposições coloniais. Para ela, não se trata somente de uma cegueira epistemológica, mas de denominações no plano real.

A emergência da mulher como uma categoria reconhecível, definida automaticamente e subordinada ao homem em todo tipo de situação, resultou, em parte, da imposição de um Estado colonial patriarcal. Para as mulheres, a colonização foi um processo dual de inferiorização racial e de gênero. Um dos primeiros feitos do Estado colonial foi a criação de “mulheres” como categoria. (LUGONES apud OYEWÚMI, 2008: 87-88)

O diálogo entre uma europeia branca e uma brasileira negra

Estudar esta fase da história brasileira é, sobretudo, ter de se preocupar com a sobreposição de categorias, abordagem analisada por Patrícia Mattos (2003). Se os estudos de Julie Engell-Günther incitam interseccionalidades que dizem respeito a gênero, raça, classe e etnia, escolhas e justificativas desta espécie são importantes.

Para Patrícia Mattos (2003), a ideia de intersecção tem a ver com a maneira como influenciam entre si normas, valores, ideologias e discursos articulados a identidades e estruturas sociais. Assim, categorias de diferenciação produzem efeitos distintos. Ao escolher a categoria de análise, trilhamos um determinado percurso. “Por onde levar esta discussão, que perpassa tantos campos do conhecimento?” é a principal questão metodológica desta pesquisa.

No artigo “Sob os olhos do Ocidente: estudos feministas e discursos coloniais”, Chandra Mohanty (2008) faz uma crítica à produção da mulher dita de terceiro mundo como sujeito monolítico e singular. Sua definição de colonização proposta é discursiva, referindo-se à apropriação e codificação da produção acadêmica de conhecimento.

Para Chandra (2008), é possível rastrear uma coerência de efeitos que resultam do suposto implícito de Ocidente – com todas as suas contradições e

complexidades – como referente primário na teoria e na prática.

Sem importar o quão sofisticado e problemático seja seu uso em construção explicativa, a colonização implica-se em uma relação de dominação estrutural e uma supressão, muitas vezes violenta, da heterogeneidade do sujeito a sujeito em questão. Chandra (2008) acredita na necessidade da criação de alianças estratégicas que cruzam as fronteiras nacionais, de classe social e de raça.

Rita Laura Segato (2010) questiona se a dimensão racial é problematizada nos estudos latino-americanos. A autora sugere um modelo de literatura em que a noção de pluralismo histórico se revele mais interessante do que a noção de relativismo cultural como ferramenta para a compreensão da diferença.

A autora escreve sobre as crescentes lutas por direitos e recursos centradas na ideia de identidade. Para ela, a promessa de uma inclusão constituinte reproduz uma falsa consciência. Mas o fato é que as leis que regem o mercado produzem cada vez mais exclusão. No entanto, ela argumenta que as lutas por inclusão – como o sistema de cotas – têm criado e instituído uma raça pela a qual se pode legislar.

Rita (2010) recorre a um dos grandes nomes dos direitos humanos, Philip Alston, para falar dos excessos cometidos pelos agentes estatais no campo da segurança pública. No Relatório do relator especial de execuções extrajudiciais, Alston (2008) cita quais foram as constatações apresentadas pelo laudo do médico legista Odorilton Larocca Quinto, perito consultado pela comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – seccional do Rio de Janeiro, que analisou 19 laudos cadavéricos feitos pelo Instituto Médico Legal do Estado do Rio. Na página 16 do documento, um trecho que descreve a situação das unidades prisionais e as relações raciais de seus detentos.

Uma análise das fotos dos corpos das vítimas da mega operação também é reveladora quanto às evidên-

cias de execução. A maior parte das vítimas foi atingida em órgãos vitais como cabeça, tórax e nuca. As fotos também indicam que as vítimas, em sua maioria homens jovens e negros, morreram no local e que não deveriam ser removidos antes da chegada da perícia técnica. (ALSTON, 2008:16)

Qualquer leitor interpretará o texto como um exemplo do pouco esforço para manter vivo estes corpos. Na própria percepção de Alston (2008), as operações são planejadas com a finalidade de matar pobres, negros e jovens de sexo masculino.

Em “El color de la cárcel em América Latina”, Segato (2010) problematiza a questão historicamente. Para ela, há dificuldade de falar em raça nas penitenciárias pela história de dominação colonial que se arrasta até os nossos dias. Para Segato, esses são “verdadeiros silêncios cognitivos, concluindo, um hiato historiográfico e de indiferença etnográfica”.

A pesquisadora também critica o sentido de mestiçagem como algo de tão genérico que trata o não-branco como sujeitos sem etnicidades, sem sociedade, sem cultura particular. Os números do Censo Demográfico 2010, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o Brasil ainda vive a desigualdade racial e medo de preconceito.

Embora o Brasil registre que tenha 51% da população negra, os dados indicam que os negros representam apenas 20% dos brasileiros que ganham mais de dez salários mínimos. A mesma porcentagem chega a fazer pós-graduação no País.

Ao mesmo tempo, em 2010, a população que se autodeclara branca caiu de 53,7% para 47,7% (91 milhões de brasileiros), em comparação com o Censo de 2000. Ao contrário disso, o percentual de pardos cresceu de 38,5% para 43,1% (82 milhões de pessoas) em 2010. A proporção de negros também subiu de 6,2% para 7,6% (15 milhões).

A Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (Pnad) apresenta mais informações sobre isso: 13% dos negros com idade a partir de 15 anos ainda são analfabetos. Neste sentido, Segato (2010) defende que a cor é uma marca no corpo por causa de sua ocupação na história. “Esta raça nada mais é do que a história dos corpos que habitam as prisões.”

Aníbal Quijano (1989) tem se esforçado por uma visão de raça como emergência no fluxo histórico. O autor citado por Segato (2010) acredita que houve uma biologização da cultura, que logo passou a se chamar “raça”. Sabe-se que as raças coloniais genéricas foram cunhadas na época das guerras e conquistas. Portanto, ainda na visão de Quijano (1989), a colonialidade e as relações de poder não deixam de ser históricas em momento algum, embora estejam em constante transformação.

Nos tempos do regime econômico escravista, a raça não bastava para manter as pessoas fora do sistema, por isso, a legislação agia como reafirmação. Não era permitido que os escravos acumulassem capital para adquirir bens e propriedades. Para Segato (2010), a premissa de que o mundo deve ser hierarquizado e racializado opera nos sistemas de autoridade, por trás das instituições supostamente democráticas – o que chamamos de racismo institucional.

Considerações finais

Os estudos sobre as interseccionalidades ajudam a compreender os contextos étnicos e sociais vividos pelas mulheres do século 19 e relatados no “Freidenker”. É pela influência dessas livres pensadoras, como Julie Engell-Günther, que começa a ser desenhada uma nova consciência e atitude política.

Pode-se dizer que as imigrantes uniam-se aos objetivos sufragistas do movimento das mulheres americanas. Essas mulheres viam em Mathilde Anneke, Karl Heinzen e Eduard Schroeter a atitude liberal personificada da partida de 1848.

Por meio do perfil editorial do “Freidenker”, pode-se entender como foi a atuação da imprensa no movimento alemão de mulheres entre 1880 e 1910. Nos artigos e palestras, essas mulheres abordavam a importância primordial da “questão da mulher”, posicionando a luta pela igualdade e o movimento das mulheres como indicadores centrais no futuro das relações sociais.

Assim como Irma Troll Borostyani, que era membro de organizações em defesa das mulheres, Julie Engell-Günther fundou uma associação em 1895 para lutar pela educação. Ambas tinham forte envolvimento com os movimentos de proveniência socialista.

Essas mulheres não eram estrelas nas convenções de movimentos de mulheres, embora se correspondessem com elas, como Bettina von Arnim e Ricarda Huch, personagens da revolução de 1848, ao lado (mesmo que, às vezes, em uma relação conflituosa) de Johann Philipp Becker, Karl Heinzen, Ludwig Pfau, Otto von Corvin, Wilhelm Löwe-Calbe, e os ativistas da Comuna de Paris, como Edouard Vaillant e André Leo.

Julie Engell-Günther acabou sendo a jornalista com mais tempo de atuação no movimento dos livres pensadores. Ao lado de Irma Troll Borostyani, este grupo pode ser considerado como a raiz do feminismo no qual as mulheres carregam faixas nas ruas.

As relações entre estes atores e atrizes e suas redes, assim como os diálogos e discussões, ainda não tinham sido refletidos no Brasil. E mulheres revolucionárias de 1848 que desafiavam o velho e o novo mundo ganham visibilidade por meio deste tipo de artigo científico.

A passagem de Julie pelo Brasil e, mais especificamente, Santa Catarina, demonstra o quanto ela foi global em uma época em que suas contemporâneas ficavam em casa a esperar e servir o marido. Ao mesmo tempo, as questões étnicas e de imigração trazidas por esta mulher trazem um novo olhar sobre o que se conta sobre o Sul do Brasil.

Ao questionarmos se o pensamento destas feministas europeias pode ter influenciado as epistemologias brasileiras, é preciso ter cuidado para o que a autora Chandra Mohanty (2008) alerta. Para ela, qualquer discussão sobre a construção intelectual e política dos feminismos de terceiro mundo deve tratar de projetos simultâneos: da crítica interna dos feminismos hegemônicos do Ocidente e da formulação de interesses e estratégias baseados na autonomia, geografia, história e cultura. Primeiro, um projeto de desconstrução. Depois, um projeto de construção e criação. Sua definição de colonização proposta é discursiva, referindo-se à apropriação e codificação da produção acadêmica de conhecimento.

Referências

CORNELSEN, Elcio Loureiro (2010). Artigo publicado na revista *Contingentia*. v. 5, n. 1.

GÜNTHER, Julie E. (1901). Aus dem Sklavenleben Brasiliens (Vida de escravo no Brasil). In: *Helvetia Illustrierte Monatsschrift zur unterhaltung und belehrung des volkes*, Basel, Verlag Robert Weber, p. 252-261. Fonte: Instituto Martius-Staden.

GÜNTHER, Julie E. (1862). *Weihnachtsabende in Brasilien. Deutsch-brasilianisches Leben und Treiben. Für die reifere deutsche Jugend* (Noites de Natal no Brasil. Impressões do cotidiano e dos costumes germano-brasileiros. Para a mocidade alemã). Berlim, Verlag von Julius Springer.

HAHNER, June (2012). Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Basanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto.

LEITE, Ilka Boaventura (1996). *Antropologia da viagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LUGONES, Maria (2008). *Colonialidade e gênero*. Tábula Rasa. Bogotá, Colômbia. Número 9: 73-101.

De acordo com Chandra Mohanty (2008), é possível rastrear uma coerência de efeitos que resultam do suposto implícito de Ocidente – com todas as suas contradições e complexidades – como referente primário na teoria e na prática.

Para concluir, ela aponta semelhanças entre a rubrica tipicamente legitimadora de tais textos feministas do Ocidente sobre as mulheres de terceiro mundo. A mulher é vista como os outros, descartada do humanismo ocidental: “Os que não podem se representar devem ser representados?”

MATTOS, Patrícia (2003). O conceito de Interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. Trabalho publicado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, Curitiba, Paraná.

MOHANTY, Chandra Talpade (2008). Bajo los ojos del Occidente: academia feminista y discursos coloniales. In: NAVAZ, Lilian Suárez y HERNANDEZ, Rosalva Aída (eds.). *Descolonizando el feminismo – teorías y prácticas desde los márgenes*. Instituto de la Mujer, Valencia, Ediciones Cátedra. P. 117 – 163.

PHILIP, Alston (2008). “Relatório do relator especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias. Adendo. Missão ao Brasil”, Naciones Unidas, Rio de Janeiro.

QUIJANO, Aníbal (1989). “La nueva heterogeneidad estructural de América Latina” en Sonntag, Heinz r. (ed.) *¿Nuevos temas, nuevos contenidos? Las ciencias sociales de América Latina y el Caribe ante el nuevo siglo*. Caracas: Nueva Sociedad/Unesco.

SCHÖCK-QUINTEROS, Eva (2007). GÖRTZ, Eva. Frauenbewegte freidenkerinnen im dialog zwischen alter und neuer welt, (Livres pensadoras no diálogo entre antigos e novos mundos), in: Schöck-Quinteros u.a.: *politische netzwerkerinnen*. Berlin S. 103-127.

SEGATO, Rita Laura (2010). Los cauces profundos de la raza latinoamericana: uma relectura del mestizaje. *Crítica y emancipación*, Número 3: 11-44, primeiro semestre.

SEYFERTH, Giralda (1982). *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura.

___ Giralda (1988). *Colonização e conflito*. Rio de Janeiro, PPGAS Comunicação.

___ Giralda (1988). “Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da Bibliografia”. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

___ Giralda (1989). “A Liga Pangermânica e o ‘perigo alemão’ no Brasil”. *História: Questões & Debates*, ano 10.

Recebido em: 05/04/2013

Aceito em: 15/05/2013